

APRESENTAÇÃO

Sobre um duplo movimento no rural piauiense: As lutas por território dos povos tradicionais e a expansão de fronteiras econômicas.

Francisco Raphael Cruz Maurício¹

“Enfim, não é permitido tirar água de uma fonte incluída num terreno sem a permissão do proprietário porque, em virtude do direito de ascensão, a fonte pertence ao possuidor do solo, se não houver posse contrária; nem olhar para um pátio, jardim, pomar, sem consentimento do proprietário; nem passear numa cerca ou num parque, apesar do dono; ora é permitido a qualquer pessoa fechar-se, isolar-se. Todas essas proibições são interdições sacramentais, não só da terra, mas dos ares e das águas. Proletários, tantos quanto o somos, a propriedade excomungua-nos: *Terra, et aqua, et acre, et Igne Interdicti sumus*” (Proudhon, O que é a propriedade?, 1975 [1840], p. 78).

4

No Norte Piauiense, os pescadores da Pedra do Sal habitam a maior das ilhas do Delta do Parnaíba e experimentam desde os anos 2000 percas sucessivas de terras para a instalação de parques eólicos de corporações globais do ramo de energia. Alguns quilômetros de distância dali, no Sudeste Piauiense, os quilombolas de Contente e os agricultores dos Assentamentos Cachoeira e Malhete, que habitam a zona rural do município de Paulistana, têm suas terras cortadas pela construção da Ferrovia Transnordestina.

“Nos trilhos da luta: contradições e conflitos da construção da Ferrovia Transnordestina em Paulistana-PI”, de autoria de Simone Rodrigues da Silva e Antonio Cardoso Façanha, e “Sobre a infrapolítica do conflito ambiental: notas a partir de um caso no Litoral do Piauí”, de minha autoria, são os dois estudos apresentados nesse dossiê que têm como campo de investigação diferentes mesorregiões do Piauí e em comum trazem a público casos de diferentes povos e comunidades tradicionais que lutam por terra e território (GUEDES, 2016) frente a projetos de expansão das fronteiras econômicas da sociedade nacional e dos mercados globais.

Os quilombolas de Contente e os agricultores de Cachoeira e Malhete passaram a ter restrições a sua mobilidade pelo território após a instalação pelo governo federal do trecho da

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: raphaelcruzcs@gmail.com

Ferrovias Transnordestina que corta suas comunidades, separando famílias, danificando casas e cisternas, além de inviabilizar o uso comum da terra. Isso porque eles estariam no caminho da expansão da fronteira do agronegócio e da mineração que aporta no Sudeste Piauiense, especialmente a microrregião do Alto Médio Canindé, onde localiza-se o município de Paulistana.

Os moradores da Pedra do Sal, em sua maioria pescadores, extrativistas artesanais, agricultores e artesãos tiveram também sua mobilidade pelo território comprometida pelas cercas, guaritas e guardas que demarcam as áreas dos parques eólicos, cercando porções de terras de uso comum e transformando-as em propriedade privada de duas empresas globais do ramo de energia. A geração de energia eólica demandou extensa quantidade de terra, acarretando o desmatamento de cajueiros e morte de lagoas, impactando a alimentação, o ecossistema e a economia do povoado. E por lá tem sido assim desde que uma família de políticos do Piauí negociou as terras com empresários dos ramos de energia e turismo, tornando a microrregião do Litoral Piauiense numa fronteira de expansão da geração de energia eólica e do turismo de luxo.

Esses dois casos pertencentes ao Litoral e ao Sudeste Piauiense são quadros que ilustram as transformações experimentadas nos territórios de coletivos tradicionais no início do século XXI no Sul Global, aprofundadas pela crise do capitalismo em 2008 que gerou “uma nova corrida pelos recursos naturais e energéticos no mundo” (CORDEIRO, s/p, 2016), associando-se a processos de expulsão, *landgrabbing*, acumulação por espoliação ou ainda regimes de desapropriação (WHITE et al., 2012; HARVEY, 2014; LEVIN, 2014; SASSEN, 2016;).

Nesse contexto, os territórios habitados por povos e comunidades tradicionais tornam-se meios de produção e espaço de circulação para a acumulação capitalista ao serem integrados de maneira autoritária, pois geralmente sem o consentimento da população local, e subordinada a projetos econômicos diversos. A medida que aqueles territórios se “abrem” a exploração de agentes do Estado-Nação e das corporações globais, eles se “fecham” para os usos tradicionais de seus habitantes. É assim que uma área para a caça de animais e coleta de frutos se torna um espaço para a geração de energia eólica no Litoral Piauiense, inviabilizando meios de subsistência dos nativos em nome da produção energética destinada aos centros urbanos.

A medida que o Estado e o capital se apropriam da terra, eles desapropriam as populações rurais, e é por isso que a chegada de empreendimentos em territórios tradicionalmente habitados não é um evento neutro, mas acompanhado de reordenamentos territoriais e mudanças negativas nos regimes de apropriação da terra historicamente desenvolvidos por indígenas, quilombolas, camponeses ou comunidades extrativistas.

Os estudos desta edição revelam ao leitor como diferentes formas de apropriação do território e seus recursos são efetuados por povos tradicionais e pelos agentes do Estado brasileiro e das corporações globais, gerando conflitos sociais em torno da terra. De um lado temos coletivos que buscam manter sua reprodução social nos territórios que habitam, que

legitimam formas de vida através de narrativas assentadas na ancestralidade e na tradicionalidade, do outro, empreendimentos econômicos associados a expansão das fronteiras econômicas que legitimam a apropriação do território a partir de narrativas sobre o desenvolvimento como condição para a geração de riqueza do Estado e progresso da nação.

As sociedades nacionais e os mercados mundiais que utilizam terras do Sul Global têm encontrado esses coletivos habitando onde podem ser fixadas infraestruturas para a produção e circulação de mercadorias. À maneira da metáfora do “duplo movimento” de Karl Polanyi (2012), à medida que esses mercados instalam seu capital fixo na forma de infraestruturas sobre “terras de preto, de santo, de índio” (ALMEIDA, 2009), geram também movimentos de autodefesa por parte daquelas populações.

São nessas situações de conflitualidade com projetos econômicos que ao longo da história indígenas e quilombolas, seringueiros e pescadores, entre outros, produzem “processos de territorialização” (OLIVEIRA, 1998) ao buscarem a demarcação de seus territórios, antes “invisíveis” à cartografia do Estado, e que assumem a forma jurídica das “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2004). Através de lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003) buscam também fazerem-se corpos identificáveis, forçando os “regimes de visibilidade” – um tanto quanto coloniais – do Estado brasileiro a reconhecer a particularidades desses coletivos, de seus territórios e de seus direitos.

Lutas por terra e território vão produzindo, assim, dispositivos de defesa para assegurar lugares àquelas pessoas e suas formas de vida. Assentamentos de sem-terra, Reservas Extrativistas de seringueiros e pescadores, Quilombos de descendentes de africanos, Terras Indígenas das populações originárias do que hoje chama-se Brasil, são processos de territorialização que têm sua sociogênese no choque de forças entre grupos sociais com diferentes formas de pensar e se apropriar da terra. Contudo, as Terras Indígenas, as Reservas, os Assentamentos e os Quilombos são ainda mecanismos frágeis de defesa do direito ao território, como apontam os casos apresentados neste dossiê.

Em tempos de ascensão do conservadorismo na vida nacional e do fascismo como forma velada de governo através do mandato presidencial do Partido Social Liberal, os territórios dos povos e comunidades tradicionais – com as suas múltiplas expressões da territorialidade praticadas a duras penas na geografia do Estado brasileiro (LITTLE, 2004; ALMEIDA, 2009; GODOI, 2014) – são alvo da expansão do agronegócio.

Contudo, é preciso pontuar que nos governos anteriores, assim chamados de “progressistas”, (MENDES et al. 2016) a situação dos coletivos tradicionais foi bastante precária no tocante a expansão e defesa de seus territórios. Nos governos do Partido dos Trabalhadores aprofundou-se um padrão de acumulação rentista-extrativista (CARVALHO; GUERRA, 2015) que deixou intocada a estrutura fundiária desigual do país e à espera de um governo Bolsonaro para aprofundar seus caracteres mais perversos. Ainda que esses diferentes ciclos de governo tenham suas diferenças e particularidades, as lutas por terra e território dependam

muito mais dos próprios coletivos que habitam aqueles territórios do que dos governos de turno que gerenciam o Estado em aliança com os grupos econômicos nacionais e globais.

Para os próximos anos, poderemos ver o pêndulo de Karl Polanyi balançar cada vez mais entre os movimentos de expansão das fronteiras econômicas e os movimentos de auto-defesa dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. O rural piauiense não estará imune a isso e nesta edição o leitor da Revista Piauiense de História Social e do Trabalho confere uma prévia do que será os próximos capítulos da luta e da vida das populações rurais desse país.

Nesta edição, o leitor ainda se informará sobre a situação dos quilombolas do Leste do Maranhão e suas lutas no contexto da expansão da fronteira econômica do agronegócio da soja através do estudo de Keliane da Silva Viana "O processo de titulação de Saco das Almas: conflitos ambientais e territoriais no território". Em seguida, Kívia Mirrana de Souza Pereira nos leva para a Manaus dos carroceiros e cocheiros através do artigo Associativismo e greves: carroceiros e cocheiros em Manaus (1884-1925) adentrando, assim, no campo da história social e do trabalho da Amazônia. Por fim, Kauan William dos Santos resenha o livro O horizonte vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul (1917-1920), produto da dissertação de mestrado de Frederico Duarte Bartz, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2008.

7

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de et al (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias** Vol. II. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, vol. 6, n. 01. Mai 2004.

CARVALHO, Alba M. Pinho de; GUERRA, E. C. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, vol 19, n. 01. Jan/Jun 2015.

GUEDES, André Dumans. Luta por terra e território, desterritorialização e território como forma social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, vol 18, n. 01, Jan/Abr 2016.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.

- GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Revista Raízes**. Campina Grande, vol. 34, n. 02. Jul/Dez 2014.
- LEVIN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Revista Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, vol. 04, n. 01. Jun 2014.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, vol. 28, n. 128. 2004.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- MENDES, Alexandre F *et al.* (Orgs.). **O fim da narrativa progressista na América do Sul**. Juiz de Fora: Editar, 2016.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista Mana**. Rio de Janeiro, vol. 04, n. 01. Abr 1998.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- WHITE, Ben et al. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. **The Journal of Peasant Studies**. Londres, vol. 39, n. 03-04. 2012.